

Para Coutinho, nota da S&P não tem efeito sobre a economia

Presidente do BNDES afirma que impacto da mudança na classificação de risco no custo do capital é irrelevante

Edla Lula

elula@brasileconomico.com.br

Rodrigo Carro

rodrigo.carro@brasileconomico.com.br

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, minimizou ontem o rebaixamento da nota de classificação de risco da Standard & Poor's (S&P). "Quero dizer que a melhor resposta para isso (o rebaixamento) está sendo dada pelo mercado brasileiro. O mercado recebeu com tranquilidade esse fato, que já estava precificado", afirmou Coutinho, referindo-se à oscilação positiva na Bolsa de Valores e à estabilidade na taxa de câmbio.

"O impacto sobre o custo de capital não é relevante", acrescentou. Sobre os investimentos diretos, Coutinho afirmou ainda que o efeito será pequeno. "Temos assistido a um grande número de consultas de investimento inclusive direto, temos grandes projetos em andamento", disse.

Os comentários de Coutinho foram feitos durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para a qual foi convidado para prestar esclarecimentos sobre os financiamentos do BNDES a projetos de infraestrutura no exterior, nos setores rodoviário, aeroportuário, hidroviário e de logística. Mas, diante da decisão da S&P, o tema do rebaixamento da nota também despertou o interesse dos parlamentares, que pediram explicações sobre o tema.

No relatório em justifica a sua posição, a S&P ressalta, justamente, os aportes feitos pelo Tesouro Nacional aos bancos públicos como um dos fatores críticos da política fiscal brasileira. "A credibilidade do governo com relação à condução da política fiscal enfraqueceu-se de forma sistemática, pois o governo isentou da meta fiscal vários itens de gastos e receitas, além de reduzir a própria meta ao longo do tempo", traz o documento. Em seguida, a agência complementa: "O uso persistente de bancos estatais, financiado por recursos 'abaixo da linha' do Tesouro Nacional, também prejudicou a credibilidade e a transparência das políticas".

Em resposta, o presidente do BNDES destacou que a nova políti-

Marcelo Camargo/ABr



Coutinho: neste ano, repasse do Tesouro Nacional ao BNDES deverá ser inferior ao montante de 2013

“

Quero dizer que a melhor resposta para isso (o rebaixamento) está sendo dada pelo mercado brasileiro. O mercado recebeu com tranquilidade esse fato, que já estava precificado”

Luciano Coutinho

Presidente do BNDES

ca do banco, por determinação da equipe econômica, prevê a liberação de mais recursos privados aos projetos e, por consequência, menos dependência de recursos públicos, o que deverá reduzir a necessidade do banco de recorrer ao Tesouro Nacional como nos últimos anos. Com isso, a previsão é que os repasses sejam inferiores aos R\$ 40 bilhões de 2013. Coutinho não informou, no entanto, o valor previsto.

"Vamos buscar trabalhar com mais moedas de mercado", disse. As operações atreladas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TILP) serão destinadas aos projetos na área de infraestrutura, aos programas de combate à pobreza, à inclusão produtiva e à inovação industrial. "O nosso compromisso é ter um volume menor de aporte em sintonia com a política fiscal". O que se busca com a nova política, segundo Coutinho, é que "ela não constitua uma fonte de pressão".

Lessa: rebaixamento tem efeito reduzido

Na avaliação de Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, o impacto do rebaixamento sobre o banco de fomento é pequeno do ponto de vista da captação de recursos no exterior. Isso porque, segundo o economista, as operações de refinanciamento externo da instituição são pouco expressivas. "Historicamente, a captação de recursos do banco se baseia na poupança institucional. São recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)", disse. "Isso torna o BNDES bem menos vulnerável do que outras instituições".

Embora o efeito direto do rebaixamento seja reduzido, na visão de Lessa, as consequências indiretas afetam a carteira futura do banco, principalmente por conta da tendência de as taxas de juros se manterem num patamar elevado. "É algo que reforça a timidez natural do empresariado brasileiro. O quadro que está se aviz-

nhando já, por si só, intimida os empresários", avaliou.

Sócio da empresa de assessoria financeira Virtus BR Partners, o ex-presidente do BNDES Eleazar de Carvalho Filho considera que o rebaixamento já era esperado e está longe de ser uma tragédia. "Não é um desastre, afinal não perdemos o *investment grade*. Desastroso seria descer mais um degrau", analisou. "Mais importante será escolher o caminho que o país vai trilhar para obter crescimento sustentável, melhoria dos investimentos e para viabilizar projetos que ficaram na linha d'água por causa do aumento do custo gerado pelo rebaixamento", afirmou.

Diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini minimizou os efeitos do rebaixamento sobre as taxas de juros: "Quando já está com a corda no pescoço, um pouco mais de aperto não faz tanta diferença assim".